
Tropa de Elite 2 e a Identificação da Política Genocida das Instituições Públicas¹

Álvaro Henrique Guerra ALCHAAR²

Ana Clara Marques MAGALHÃES³

Guilherme Augusto Vasconcelos dos REIS⁴

Miryam Elice da CRUZ⁵

Thiago Cândido Oliveira ANDRADE⁶

Victor Guimarães de OLIVEIRA⁷

Lucas Afonso SEPULVEDA⁸

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

A criminalidade no Rio de Janeiro está muito além do "combate ao tráfico" de drogas nas favelas cariocas; as organizações criminosas, muitas vezes, estão no comando político do Estado e possuem o monopólio do uso da força estatal. Nesse sentido, este trabalho busca perscrutar os princípios norteadores do sistema semiológico mítico de Barthes (2001); as definições de enquadramento e *footing* presentes no artigo de Mendonça e Simões (2012); a situação interativa pontuada por Bateson (2002); e o artigo que debate a violência policial do filme *Tropa de Elite* de Rocha e Marques (2012), para detectar as reproduções na ficção e realidade. Metodologicamente, buscou-se identificar a causa das ovações do personagem Capitão Nascimento, em uma

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFMG, e-mail: alvaroalchaar@gmail.com

³ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFMG, e-mail: anaclara.mm@icloud.com

⁴ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFMG, e-mail: guilhermeaugusto.vreis@gmail.com

⁵ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFMG, e-mail: miryamelice23@gmail.com

⁶ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFMG, e-mail: thiagocan8@gmail.com

⁷ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UFMG, e-mail: victoraugustoguimaraes@gmail.com

⁸ Orientador do trabalho. Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, e-mail: afonsepuv@gmail.com

cena do segundo filme da duologia. Além disso, discutimos os motivos e as implicações da legitimação da violência policial.

Palavras-chave: Identificação. Política Genocida. Instituições Públicas. *Tropa de Elite*
2. Violência policial.

1. Introdução:

O crescimento da violência nos grandes centros urbanos é um dos maiores problemas enfrentados pelo Brasil. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2018, em todo território nacional — ainda que a taxa de homicídios tenha diminuído em comparação aos quatro anos anteriores —, houveram aproximadamente 58 mil mortes. O Ipea explicou que, no ano em questão, na perspectiva institucional, surgiram fatores importantes no tema das políticas públicas de segurança como a criação do Ministério de Segurança Pública, a admissão da legislação criando o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a aplicação do Plano Decenal de Segurança Pública (PDSP). No entanto, apesar dos esforços para conter os indicadores da violência, a partir de recursos destinados às instituições de segurança, outra implicação é desencadeada, quando, ao invés de defender a sociedade, há o abuso de poder: a letalidade policial.

Segundo o cálculo feito pela Rede Observatório da Segurança do Rio de Janeiro, a cada 30 minutos uma pessoa sofre agressões e é perseguida no momento das abordagens policiais civis e militares. O monitoramento, que foi feito por meio do que é divulgado em redes sociais sobre segurança e violência, equivale ao período de junho de 2019 até maio de 2021. A iniciativa nasceu no intuito de monitorar as ações das instituições de segurança pública e compreender os problemas ligados à pouca transparência dos dados sobre violência e criminalidade. O estado do Rio de Janeiro está entre os cinco observados pela Rede e foram feitas, nesse tempo, 5617 operações policiais, com 856 mortes e 722 feridos. Mesmo com a ordem de proibição emitida pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), neste ano de 2021 foram registradas oito ações diárias, somando 189 homicídios. Além disso, o estado lidera no número de chacinas, com 92 registros e 388 vítimas (policiais e moradores), estando entre eles o massacre do Jacarezinho.

Tendo isso em vista, os dados, os quais apontam um aspecto de calamidade pública, mostram que o problema está longe de ser solucionado. Mesmo com a iniciativa da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro em instaurar a Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs), em dezembro de 2008, os resultados foram completamente o oposto do esperado⁹. Franco (2014) afirma que a introdução das forças de segurança no Complexo da Maré, que pode ser considerada somente como pré-UPP, teve como atributo a ocupação, a princípio, policial e, depois, a ocupação das Forças Armadas, sendo repletas desse caráter agressivo e autoritário. Além disso, conforme a socióloga, as marcas dos homicídios estão demonstradas não somente nos números, nas pesquisas e nos índices. Elas estão também e primeiramente presentes no peito das mães que perderam seus filhos, sejam moradores de favela e/ou policiais. Desse modo, nenhuma nota do governo ou nota pública oficial — isso quando ocorrem —, são capazes de reparar os danos causados às mães que tiveram seus filhos mortos pelo Estado.

Franco (2014) exemplifica que o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e a Tropa de Choque realizaram diversas ações na Maré — sob a justificativa de combater ao tráfico de drogas —, marcadas pela violência extrema, com diversas denúncias sobre invasões nas casas dos moradores e a destruição de pertences pessoais, além do extermínio contra habitantes dos aglomerados. Ainda segundo a autora, os homicídios, que ocorrem em decorrência do conflito entre traficantes e os agentes de segurança pública, sendo estes sempre na busca e criação de seus alvos “suspeitos”, indica um Estado que pune as populações de classes inferiores e de classes étnicas específicas. Sendo assim, sem se valer de exageros: as ações nas favelas violam os direitos mais básicos, sendo o cerceamento do direito à vida também uma forma de oprimir.

Outra implicação que surge, a partir da violência estatal, é a legitimação dessas operações por parte da sociedade. Conforme Franco (2014), a característica déspota e violenta da polícia sobre as pessoas de baixa renda e seus territórios – morros, favelas,

⁹ Matéria publicada pelo jornal *El País*, em 2018, explica o insucesso das UPP's no estado do Rio de Janeiro, prestes a completar 10 anos de implementação. (Cf. BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. *El País*, [S. l.], p. 1, 11 nov. 2018. Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html%3foutputType=amp. Acesso em: 28 jul. 2021).

posse no habitacionais – são vistas como práticas normais. A maioria da população, dos agentes responsáveis pela segurança pública e os veículos da imprensa, ao concordar com essas ações, reproduz o discurso de que “favelado” e “bandido” são sinônimos. A “metáfora bélica” recebe base de muitos setores sociais e justifica todo uso de violência. Essa situação não é novidade no Brasil, visto que diversos produtos midiáticos expõem o abuso de poder estatal em muitas instituições de segurança pública, seja no plano da realidade, como os telejornais e produtos da imprensa, ou na da ficção, nos casos de filmes e seriados.

Exemplo disso são os filmes do diretor e produtor brasileiro José Padilha, um dos fundadores da Zazen Produções e conhecido por retratar a violência urbana no Brasil, a corrupção de setores públicos e o tráfico de drogas. O cineasta dirigiu as séries *Narcos* (2015) e *O Mecanismo* (2018), da Netflix, e diversos longas e curtas metragens como *Ônibus 174* (2002), *Tropa de Elite* (2008), *Garapa* (2009), *Segredos da Tribo* (2010), *Tropa de Elite 2: O inimigo agora é outro* (2010). Em uma entrevista para o jornal *O Globo*, no ano de 2020, Padilha afirmou que seus filmes buscam demonstrar que a violência carioca é provocada, sobretudo, pelo Estado. A partir do que foi discutido, este trabalho buscou, ao realizar a análise de enquadramento (MENDONÇA; SIMÕES, 2012) em uma das cenas do segundo filme da franquia *Tropa de Elite*, compreender de que forma a violência policial retratada no filme estabelece a comunicação com fenômenos, nuances e objetos da realidade. Além disso, procuramos, em função da interpretação ambígua (e, digamos, polêmica) do primeiro filme, realizar uma análise de aspectos discursivos e narrativos da obra na perspectiva de autores que se apoiam na linguística e nas implicações políticas dos artefatos midiáticos.

2. Tropa de Elite e a Violência Estatal

Em *Tropa de Elite — Missão dada é missão cumprida* (2007), o diretor José Padilha mostra o conflito entre o serviço de segurança pública — a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e o Bope — e os organizadores do tráfico de drogas, o que retrata a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O filme expõe as práticas de tortura e execução provocadas por policiais e abre questionamentos sobre a legitimação desses atos, uma vez que tais personagens são vistos como heróis e justiceiros diante das suas

ações perante à população periférica e aos criminosos. Ainda que o diretor possua uma perspectiva distinta e tenha realizado uma crítica sobre o abuso estatal, o longa obteve diferentes interpretações dos espectadores, sendo uma delas a favor da repressão militar.

Segundo Menezes (2012), *Tropa de Elite* desencadeou o debate mais acirrado do cinema nacional, visto que trata sobre um assunto urgente do cotidiano da sociedade brasileira e faz uso da ambiguidade na construção dos seus personagens (algo que possibilitou uma interpretação divergente do filme graças à diversidade dos valores culturais do público). Isso porque, se, por um lado, o longa aborda a tortura policial como uma ação condenável, a qual prejudica a reputação do Bope e do Capitão Nascimento (Wagner Moura); por outro, argumenta em defesa dessa mesma tortura e marca uma quebra das relações de direito. Sendo assim, ainda conforme o autor, isso pode ser, espontaneamente, entendido como uma solução da polícia, ao lidar com problemas bastante complexos para serem simplificados desse modo. Exemplo disso, pensando na história do Brasil, foram as torturas e os homicídios realizados contra a oposição política durante a ditadura militar (1964-1985).

O pesquisador explica que parte dos espectadores sempre compreenderão o longa-metragem como uma apologia à violência policial e, mesmo aqueles que são críticos a essa violência, acreditarão que esta é uma alternativa de curto prazo para a delicada situação de abuso estatal vivenciada por várias cidades no Brasil. Já em *Tropa de Elite 2: O inimigo agora é outro* (2010), objeto de análise deste trabalho, José Padilha assume uma outra perspectiva, já que ele retrata a associação entre a segurança pública e o financiamento de campanha, além de apresentar a corrupção infiltrada dentro da polícia e o crescimento das milícias. No filme, o diretor expõe o dilema moral vivido por Capitão Nascimento — naquele momento, Tenente-Coronel —, que estava decepcionado com os rumos negativos que as instituições policiais estavam tomando, e atenta para uma abrangente análise das relações de poder.

Ao contrário do primeiro filme, em que, por diversas vezes, é reafirmada a expressão “bandido bom é bandido morto”, o protagonista não entende mais quais são os motivos que o levam a praticar o homicídio. Para Nascimento, matar se transformou em uma ação vazia e inútil, sendo recurso de um mecanismo falho e corrupto. Essa alteração nas conjunturas perspectivas e psicológicas do personagem foi uma resposta ao (como ele

intitulou) “sistema”, o qual necessita da dominação de áreas, onde circula o tráfico de drogas, comandadas pela milícia e a política, e depende das ações violentas operadas pela polícia. Além disso, esse “sistema”, de acordo com Nascimento, é onisciente e onipotente, o que beneficia o seu desenvolvimento como dispositivo atuante nas favelas e coopera para invisibilizar os danos provocados pelas elites governamentais. Desse modo, o Tenente-Coronel se mostra insatisfeito com a polícia carioca e descrente na justiça.

3. Capitão Nascimento e o conceito de Mito

A ideia de estudar os mitos, para Barthes, é fruto de um exercício de desnaturalização do signo e uma busca de provar como sendo uma construção cultural tudo aquilo que é tomado como estrutura semântica normativa e obrigatória. Em sua aula inaugural no Collège de France, em 1977, Barthes diz: “Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer.” (BARTHES, 1989, pg.7)

E é nessa mesma aula que ele expõe a ideia de que a literatura é o escape daquilo que se firma como a estrutura da língua:

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé, nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura (BARTHES, 1977, p. 7-8).

Nessa ruptura com o fascismo da língua, que atribui ao autor o poder de lançar sentenças sobre o universo de possibilidades interativas, faz-se o potencial semiológico da construção narrativa literária. Ou seja, a construção, distorção, simbiose e demais processos relacionais sobre a estrutura do signo.

Assim, a figura de Capitão Nascimento passa a ser uma representação de valores que se exprime para além do que simplesmente é. A partir de *Tropa de Elite*, um policial com problemas psicológicos, em um contexto de violência do qual parece estar alienado das

verdadeiras causas, assume a forma de um herói contra a marginalidade. A figura de Nascimento se estende para além do efeito catártico explorado por Padilha, tomando forma real e materializada para além do texto. É isso que Barthes fala em *Mitologias*: “todo o sistema semiológico é um sistema de valores; ora, o consumidor do mito toma a significação por um sistema de fatos: o mito é lido como um sistema factual, ao passo que ele é, apenas, um sistema semiológico” (BARTHES, 2013b, p. 152).

4. Enquadramento e *Footing*

Segundo Mendonça e Simões (2012), a noção de enquadramento (ou enquadre) foi originalmente proposta por Gregory Bateson ao buscar compreender o fenômeno da esquizofrenia, bem como as relações travadas no processo psicoterápico. Em um texto apresentado no encontro da Associação Americana de Psiquiatria, em 1954, Bateson buscou explicar como as interações ancoram-se em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos. Para ele, toda mensagem apresenta, para além de um nível denotativo (de conteúdo), um nível metalinguístico e um nível metacomunicativo (BATESON, 2002, p. 87). O nível metalinguístico diz respeito ao modo como a própria mensagem repensa a linguagem, por meio de elementos implícitos e explícitos. Já o nível metacomunicativo, por sua vez, envolve elementos que definem a própria relação estabelecida entre os falantes.

Para Mendonça e Simões (2012), em todo tipo de interação comunicacional expressa-se conteúdos, ao mesmo tempo em que se tematizam a própria linguagem e a relação entre os interlocutores. Assim, o enquadramento possibilita identificar as regras e as instruções que orientam determinada situação e o envolvimento dos atores nela. Também, para o autor, há o *footing*, que em sua função diz respeito à postura ou ao posicionamento dos interlocutores engajados em uma interação. O *footing* é construído e transformado a partir dos discursos dos participantes de uma interação e está diretamente ligado aos enquadres dos acontecimentos. Ou seja, os *footings* e os enquadramentos são dinâmicos e discursivos e devem ser apreendidos e compreendidos a partir da situação em que a interlocução entre os sujeitos ocorre. Também, o enquadramento se encaixa na busca e pensamento sobre como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa

trilha interpretativa. Para Entman (1993 apud MENDONÇA, SIMÕES, p. 193.), enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, assim como uma interpretação causal e uma avaliação moral.

5. Análise de Enquadramento na Cena de *Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora é Outro*

Antes de abordarmos estes conceitos, é preciso destacar os itens audiovisuais presentes na cena analisada. A ação acontece em um restaurante onde peças importantes da parte administrativa e política da polícia militar do Rio de Janeiro fazem suas refeições. Há uma TV transmitindo a notícia da rebelião de Bangu, onde a jornalista informa que o Palácio da Guanabara vai promover o afastamento dos policiais do Bope envolvidos na ação do presídio. Neste momento, Guaracy, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Vermont, assessor do Governador, e Formoso, Coronel da PM e Secretário de Inteligência, estão sentados em uma mesa conversando sobre a exoneração do Capitão Nascimento e pensando em alguém para substituir seu cargo. Ao longo da conversa, o Capitão Nascimento entra no restaurante e vai em direção aos oficiais. Antes de chegar na mesa onde almoçavam, o capitão é recebido com diversas palmas e gritos da população que se encontrava no local, expressando uma espécie de glorificação dos atos do personagem em questão. Vendo a reação do público, Guaracy levanta e abraça o capitão, parabenizando-o, enquanto Vermont e Formoso o cumprimentam. A população continua aplaudindo enquanto o Capitão Nascimento olha para os lados.

Pensando nisso, o conceito de enquadramento, proposto por Mendonça e Simões (2012), na cena mencionada, fica evidente, a partir do momento em que Capitão Nascimento chega ao restaurante. Ainda que no telejornal esteja noticiando a decisão do governo de afastar os integrantes do Bope, os quais participaram da ação policial na penitenciária, o personagem é recebido com aplausos e diversos elogios pelos clientes do restaurante. José Padilha retrata a visão de muitos brasileiros, que, segundo Rocha e Marques (2010), é reflexo de uma naturalização de modelos simbólicos que propagam a violação dos direitos e a repressão policial. Portanto, nesta cena, o diretor apresenta os

valores presentes em uma das interpretações repercutidas pelos espectadores, a partir do primeiro filme, ou seja, a legitimação da violência estatal.

Entretanto, por meio do conceito de *footing*, expressão criada por Goffman, presente no texto de Mendonça e Simões (2012), é notória a mensagem implícita na cena. Isso porque a feição e, até mesmo, a expressão corporal (com certo “embaraço”) do Capitão Nascimento demonstra o seu posicionamento e, evidentemente, marca a sua mudança de perspectiva em relação às ações policiais, como já citado. O personagem está decepcionado com as proporções do caso e, por intermédio da sua narração em *off*, é inegável que ele foi um “bode expiatório” de um esquema corrupto, o qual pretendia afastar Nascimento do serviço de segurança pública. Desse modo, mesmo com o apoio popular – afinal, para a sociedade, “bandido bom é bandido morto” – o Tenente-Coronel começa a vivenciar uma crise de consciência.

6. Enquadramento da Cena e a Legitimação da Letalidade Policial

Tendo isso em vista, José Padilha aborda, através do enquadramento escolhido e, conseqüentemente, o *footing*, o qual apresenta uma nova característica ao que está sendo mostrado, as duas interpretações ambíguas em uma mesma cena. Se, por um lado, o diretor desenvolve a noção de que a truculência policial para combater a criminalidade nos centros urbanos, é válida e, de certo modo, comemorável. Por outro, demonstra que as ações violentas (execuções, abuso de autoridade, intimidação e tortura) provocadas por policias devem ser questionadas e vistas como uma solução imediatista. Isso porque, essas atitudes não colaboram para um serviço de segurança pública eficaz — respeitando os direitos constitucionais —, mas servem para oprimir cada vez mais as comunidades periféricas, que sofrem com o descaso governamental.

Isso, pois, de acordo com Rocha e Marques (2012), o conflito entre criminosos e policiais não está somente ligado à repressão e à força bruta, como também reinscreve permanentemente as relações de poder que transcorrem na sociedade brasileira. Nos “locais de combate” (as periferias) entre a polícia e os traficantes, entre os traficantes e os moradores de favelas e entre estes e os demais moradores da cidade carioca, a relação de poder se constrói por meio do encontro entre elementos heterogêneos e distintos, mas que não alteram a natureza de seu combate. Pensando nisso, ainda conforme as autoras, assim como na guerra, a utilização da violência é legitimada através da desumanização

do adversário, o qual deve ser eliminado. Enquanto os policiais enxergam os criminosos como “lixo social”, estes também notam os policiais como “vermes”. Sendo assim, é determinado entre eles um vínculo de negação mútua e de diminuição que inviabiliza o reconhecimento e a atribuição recíproca da cidadania.

Rocha e Marques (2012) explicam que algumas pessoas entendem a agressão policial como algo adequado, devido à construção pejorativa dos moradores de periferia, associados a facções criminosas e traficantes. Isso porque, através do referencial teórico de Rondelli, os veículos de comunicação costumam mostrar representações de um “outro” inferior e violento que se torna na imagem-símbolo do que precisa ser aniquilado a favor da tranquilidade e ordem social. Em *Tropa de Elite 2* (2010), isso é representado no noticiário *Mira Geral*, que apoia a repressão do Estado e é contra os direitos humanos. Por conseguinte, José Padilha, por meio da cena em questão, reafirma a ideia de que, no Brasil, as relações sociais são estabelecidas pela ausência de igualdade, pela violência e por hierarquias de valor que categorizam quais grupos sociais merecem ser reconhecidos como cidadãos. Isso pode sugerir o “sucesso” da eleição de Jair Bolsonaro e sua campanha eleitoral presidencial, que legitimou¹⁰ a repressão policial, como também do seu filho, Eduardo Bolsonaro, o deputado federal mais votado da história do Brasil.

José Padilha, através de sua obra, representa, portanto, um recorte rico do grande complexo cognitivo e das relações de poder circundantes no contexto político-social brasileiro. Toda representação é redutiva, mas essencial na promoção de uma reflexão sobre a naturalização de modelos simbólicos que legitimam a violência estatal vigente. Especificamente na cena delineada, Nascimento, mesmo já consciente de ter sido alvo de um movimento político, não consegue sair da posição inerte diante do clamor popular, ainda que com feições de constrangimento, como citado anteriormente. Tal quadro demonstra o potencial intrínseco das representações de violentar simbolicamente o indivíduo. A reação do soldado do Bope aliada ao próprio brado do público nos alerta

¹⁰ Em uma matéria da revista *Veja*, de 2018, é exposto que Jair Bolsonaro, ao realizar um discurso no evento Amarelas ao Vivo, defende a violência policial e o armamento da população. Quando questionado sobre a atuação de policiais no Rio de Janeiro na morte de centenas de pessoas, o político, até então pré-candidato à presidência da república, afirmou que “policial que não mata não é policial” e que os agentes de segurança pública deveriam ser homenageados. (Cf. GONÇALVES Eduardo. Bolsonaro: ‘Policial que não mata não é policial’. *Veja*, [S. l.], p. 1, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-policial-que-nao-mata-nao-e-policial/amp/>. Acesso em: 20 jun. 2021).

para a difusão de valores deturpados semeados na conjuntura brasileira. Para Rocha e Marques (2010), simplificar a equação social a “criminosos”, que devem ser exterminados, e “usuário”, financiadores do negócio, constitui um padrão cultural do senso comum que reproduz uma visão militarista e simplista do conflito.

Como resultado desse processo, constitui-se uma lógica institucional de injustiças naturalizadas e direitos violados. Por fim, as autoras reiteram:

O conflito aniquilador e estratégico transforma esses atores (policiais e bandidos) em meros alvos, em meios para se atingir a vitória e não em seres humanos dignos de respeito e portadores de direitos. Assim, não é eliminar o conflito que soluciona o problema, mas repensar a sua natureza. [...] Entremada à guerra do tráfico de drogas está uma guerra simbólica, travada no âmbito da linguagem, das estratégias e das táticas e que segue as mudanças históricas e sociais, ora apresentando quadros inalterados (ou em retrocesso), ora apresentando tímidas melhorias nas relações entre as forças em disputa. Todavia, uma coisa é certa: essa guerra simbólica não deixa inalterados os códigos institucionais e cotidianos que moldam as desigualdades que se fazem visíveis na linguagem, nas representações e nas identidades dos indivíduos. (ROCHA, MARQUES, 2010, p. 103).

7. Considerações finais:

A construção sócio-cultural sobre a figura de Capitão Nascimento, por ser apropriada para além de seu caráter semântico original, se faz um mito. A ideia de mito surge do estudo cultural de Barthes sobre os fenômenos midiáticos, advindos da construção linguística mediada para o discurso que, em enunciação, depende do meio. E este, pelo qual se enuncia o mito na cena escolhida por nós, é o telejornal, que ao reproduzir os moldes dos noticiários urbanos, desempenha o papel de causar efeito no público do restaurante. Efeito esse que, em sessões ao redor do Brasil, causou respostas similares nos espectadores e nos contracenantes: aplausos.

A reflexão acerca da forma como figuras que representam a violência e o extermínio para desencadear o efeito catártico, como já explicitado por este artigo, elevando

personagens violentos ao posto de heróis homéricos, representantes da segurança e agentes super-poderosos, precisa se sustentar em estruturas linguísticas que as façam ser sentidas. De fato, é impossível dissociar a política do seu caráter estético, como nos diz Rancière (2005).

A ordenação ficcional deixa de ser o encadeamento causal aristotélico das ações “segundo a necessidade e a verossimilhança”. Torna-se uma ordenação de signos. Todavia, essa ordenação literária de signos não é de forma alguma uma autorreferencialidade solitária da linguagem. É a identificação dos modos da construção ficcional aos modos de uma leitura dos signos escritos na configuração de um lugar, um grupo, um muro, uma roupa, um rosto.” (Rancière, p. 55, 2005)

Ou seja, as construções de enunciados baseados na materialidade e nos fenômenos empíricos, mediados pela mídia em formato discursivo e/ou narrativo, sobre a ótica da ordenação ficcional portadora de efetividade estética, passam a dar identidade e configurar os espaços, aspectos e as unidades mais elementares da esfera pública.

Ademais, como se mostra nas linhas e conexões tecidas entre o filme e a realidade, foi de grande assertividade a busca por referenciais teóricos que tratam dos conceitos de enquadramento (MENDONÇA; SIMÕES, 2012), *footing* e situação interativa. Com efeito, os pontos em que nosso trabalho estabelece a relação entre a análise das características narrativas do filme de Padilha e a realidade, de fato, são os espaços onde mais se abrem as possibilidades de conjecturas, hipóteses e argumentos. A mediação entre a obra e a questão da segurança pública no estado do Rio de Janeiro passa, então, a tecer uma rede de fatores, agentes e acontecimentos passíveis de criar um quadro cada vez maior.

Todavia, é preciso falar sobre os quadros: a construção dos sentidos, como já explicitamos aqui, incide em como uma sociedade se organiza, elabora seus discursos, elege virtudes e pune seus “vícios”. Assim, quando os quadros são pensados fora de seu efeito usualmente posto, quando quadros são desnaturalizados, ou pior, coercitivamente naturalizados e expostos para a sociedade, na dinâmica midiática, as consequências

podem ser devastadoras. O quadro, afinal, dialoga com o que está fora de si, apesar de seu tamanho limitado. Uma ruptura no quadro da violência é o que acontece, por exemplo, quando conectamos os escritos de Marielle Franco e, tragicamente, seu destino, como a figura emblemática do personagem Capitão Nascimento e as organizações contemporâneas do Estado e da milícia. Devemos nos perguntar: quais são os espaços ainda não tão mencionados no debate público sobre segurança pública, que nos permitem romper com certos enquadramentos – principalmente os que celebram a violência?

Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. A dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BARTHES, Roland. Aula. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013b.

BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. El País, [S. l.], p. 1, 11 nov. 2018. Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html%3foutputType=amp. Acesso em: 28 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. 1977. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes.

FRANCO, Marielle. 2014. UPP: A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p. 136. 2014.

GONÇALVES Eduardo. Bolsonaro: ‘Policial que não mata não é policial’. **Veja**, [S. l.], p. 1, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-policial-que-nao-mata-nao-e-policial/amp/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Ipea — INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>. Acesso em: 29 jul. 2021.

LUZ, Sergio. José Padilha comenta os 20 anos do Ônibus 174: 'A tese de meus filmes é que a violência carioca é causada pelo Estado'. O Globo, [S. l.], p. 1, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/jose-padilha-comenta-os-20-anos-do-onibus-174-tese-de-meus-filmes-que-violencia-carioca-causada-pelo-estado-24472791>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Revista Espacialidades [online]. 2019.1, v. 15, n. 1, ISSN 1984-817X [230].

JOSÉ PADILHA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jos%C3%A9_Padilha&oldid=60547469 >. Acesso em: 23 jun. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, junho de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de jun. 2021..

MENEZES, P. Tropa de elite: perigosas ambiguidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 63-75, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/SLrnW5fLXfhVSt9yBc5Tx8t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

REDE OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA. Rede registra um caso de violência a cada 33 minutos. Rede Observatório da Segurança, [S. l.], p. 1, 22 jun. 2021. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/rede-registra-um-caso-de-violencia-a-cada-33-minutos/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

ROCHA, Simone Maria; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. “Bandido bom é bandido morto”: violência policial, tortura e execuções em Tropa de Elite. In: Revista Galáxia, São Paulo, n. 19, jul. 2010 (p. 90-104). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641245002.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2021.